



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS**

## **ANO BASE 2025**

---

Subcomitê Orçamentário de Segundo Grau

Porto Velho, RO

Janeiro / 2026

<b>1. FINALIDADE DO COLEGIADO</b>	<b>3</b>
<b>2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)</b>	<b>3</b>
<b>3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>3</b>
3.1 Consolidação da Proposta Orçamentária Prévía 2026	3
3.2 Implementação de Diretrizes de Sustentabilidade e Eficiência Operacional	4
3.3 Planejamento para Encerramento do Exercício Financeiro de 2025	4

# RELATÓRIO DE RESULTADOS DO COLEGIADO

## 1. FINALIDADE DO COLEGIADO

**Objetivo Institucional:** O colegiado atua na governança orçamentária e financeira do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Sua finalidade é planejar, detalhar e validar a Proposta Orçamentária Anual (PLOA), garantindo que a alocação de recursos esteja alinhada às diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Estratégico do Tribunal. Além disso, monitora a execução financeira para assegurar a eficiência do gasto público e o cumprimento de metas fiscais.

**Norma de Criação:** A atuação fundamenta-se nas diretrizes do CSJT (como o Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 71/2025) e, para fins de monitoramento da execução, no art. 8º da Resolução n.º 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Periodicidade Prevista:** Conforme o calendário orçamentário federal e as normas do CNJ, as reuniões de elaboração ocorrem anualmente no primeiro semestre (maio/julho), enquanto as reuniões de acompanhamento da execução devem ocorrer periodicamente para garantir o fechamento do exercício.

## 2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)

Durante o ano de 2025, o colegiado de gestores e a administração reuniram-se formalmente para tratar da temática orçamentária em:

**16 e 17 de julho de 2025:** Reunião de Elaboração da Proposta Orçamentária 2026; e

**03 de novembro de 2025:** Reunião de Acompanhamento e Regras de Encerramento do Exercício 2025.

## 3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Abaixo, detalham-se as ações coordenadas pelo Comitê, justificadas pela necessidade de otimização de gastos e responsabilidade socioambiental:

### 3.1 Consolidação da Proposta Orçamentária Prévia 2026

**Referência:** Deliberado na Reunião de 16 e 17 de julho de 2025.

**Contextualização e Justificativa:** A construção da proposta é essencial para garantir a continuidade dos serviços jurisdicionais no Acre e em Rondônia,

permitindo que o Tribunal solicite os recursos necessários ao CSJT dentro dos limites legais.

**Descrição da Atuação:** O colegiado deliberou sobre ajustes significativos em diversas unidades. O Comitê propôs a redução da despesa com Bolsa Estágio, fixando a proporção de 3 servidores para 1 estagiário (total de 110 estagiários), gerando um teto de R\$ 2.002.440,00 para este item. Houve também foco em Tecnologia da Informação, com a aprovação de R\$ 420.000,00 para soluções de proteção de dados e outros R\$ 420.000,00 para serviços de nuvem (PaaS). A SOF ficou encarregada de consolidar os valores finais após o recebimento dos limites definitivos do CSJT em 21/07/2025.

### **3.2 Implementação de Diretrizes de Sustentabilidade e Eficiência Operacional**

**Referência:** Deliberado na Reunião de 16 e 17 de julho de 2025.

**Contextualização e Justificativa:** O Tribunal busca alinhar o orçamento aos princípios de responsabilidade ambiental e economicidade, priorizando investimentos de longo prazo em detrimento de custeio imediato.

**Descrição da Atuação:** A Presidência e os gestores decidiram priorizar a Energia Fotovoltaica, com previsão de investimento de R\$ 2.400.000,00 para o sistema, visando atingir 100% das 32 Varas do Trabalho até o fim da gestão. Como medida de compensação e sustentabilidade, o colegiado deliberou pela redução drástica em materiais de expediente (papel reciclado e toners) e corte total na aquisição de persianas, lavagem de cadeiras e projetos de engenharia que não fossem prioritários.

### **3.3 Planejamento para Encerramento do Exercício Financeiro de 2025**

**Referência:** Deliberado na Reunião de 03 de novembro de 2025.

**Contextualização e Justificativa:** O objetivo é evitar a inscrição de despesas em "Restos a Pagar", o que sobrecarrega o orçamento de anos subsequentes e compromete a saúde financeira da instituição.

**Descrição da Atuação:** O colegiado estabeleceu o dia 19/12/2025 como prazo final improrrogável para a realização de novos empenhos ou reforços. Foi determinado aos gestores que solicitem às empresas a emissão de notas fiscais únicas (novembro e dezembro) para otimizar o fluxo de pagamento antes do recesso judiciário. Além disso, orientou-se a realização de cálculos prévios para suspensão de postos de trabalho terceirizados durante o recesso, evitando glosas futuras e garantindo a precisão dos pagamentos no próprio exercício.